



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**
2 **oito dias de fevereiro de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O Sr. Porsani iniciou a reunião, dando boas
4 vindas a todos os presentes e realizou a leitura da pauta, sendo: **I. Informes; II. Votação da**
5 **ata de 11 de janeiro; III. Apresentação, discussão e deliberação sobre a Prestação de**
6 **Contas do Termo Aditivo N°01/2009 Objeto : Custeio para a UTI Pediátrica do Hospital**
7 **Ouro Verde; IV. Apresentação, discussão e deliberação sobre as Comissões do Conselho**
8 **Municipal de Saúde (inclusive Eleição da Comissão Eleitoral); V. Apresentação, discussão e**
9 **deliberação sobre o termo aditivo ao termo de convênio 70/11, entre a Secretaria**
10 **Municipal de Saúde e a PUCC; VI. Apresentação, discussão e deliberação sobre o convênio**
11 **entre a Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Maria Porta do Céu (Lo'Thedal). I.**
12 **Informes:** o Sr. Trombetta falou que o número de casos de dengue vem aumentando em
13 Campinas, podendo entrar em uma situação crítica. Falou que a Saúde já vem passando por
14 uma situação caótica, com falta de médicos, podendo piorar em uma epidemia de dengue.
15 Apontou que a Secretaria Municipal de Saúde não tem feito nada para evitar, bem com a
16 Vigilância Sanitária, que só se preocupa com capivaras. Falou que a VISA não fiscaliza os
17 centros de saúde, solicitando que o CMS discuta a questão desta. O Sr. Felipe falou que os
18 movimentos sociais brasileiros tem realizado muitos movimentos de mobilização contra a
19 questão da privatização da Saúde, em muitos estados, conseguindo barrar a privatização.
20 Apontou que a experiência de Campinas comprova isso. Convidou, para a próxima semana,
21 para a fundação do núcleo do fórum popular de saúde, para discutir os rumos da saúde e a
22 privatização do Hospital das Clínicas da UNICAMP. O Sr. Edemilson falou que lutou pela
23 construção do Centro de Saúde do Parque Jambreiro e que obteve uma cópia do acordo
24 entre a Prefeitura Municipal de Saúde e a construtora MRV. Falou que envia
25 questionamentos ao Secretário de Saúde e nunca tem respostas. Afirmou que encaminhará
26 à imprensa que esse acordo não saiu do papel, sendo que, mesmo que se construa o centro
27 de saúde, não terá médicos para atender na unidade. A Sra. Marlene convidou todos os
28 interessados para a reunião da rede AD, para amanhã, onde será discutido o tema dos
29 moradores de rua. A Sra. Maria Gil falou sobre a situação do quadro de recursos humanos
30 do Centro de Saúde Santa Lúcia, onde não há fixação dos médicos, pois o ICV é mais baixo
31 que os centros de saúde próximos. O Sr. Gerardo falou que, depois de uma longa discussão e
32 trabalho de convencimento dos conselheiros e usuários, fora aprovado o início da
33 municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Falou que também fora aprovada a
34 liberação do repasse dos R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), que estavam no
35 Fundo Municipal de Saúde, para realizar novos serviços no CHOV. Afirmou que passou muito
36 tempo e a SPDM vem fazendo um processo de difamação do CMS, adotando uma postura de
37 realizar insinuações com a conivência de vários órgãos de imprensa, ao invés de cumprir seu
38 papel. Falou que, no dia 03 de fevereiro, vinculou uma matéria na primeira edição do Jornal
39 Regional (EPTV), esculhanbando este conselho. Falou que a SPDM também tem feito um
40 trabalho interno, difamando o conselho para os trabalhadores do hospital. Explicou que, em



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



41 caráter de urgência, o CMS soltou uma nota, explicando que, desde o dia 23 de novembro, a
42 SMS está autorizada a repassar o dinheiro, sendo que caso não tenha repassado, merece ser
43 explicado. Falou que o Dr. Fernando Brandão, na CPI da Saúde, teve que explicar se o
44 dinheiro estava parado na SMS, sendo culpa do CMS ou da própria SMS. Afirmou que a
45 explicação fornecida é que o convênio está passando por uma auditoria e não será
46 repassada verba enquanto não houver a conclusão desta. Ressaltou que não é o CMS que
47 não quer cumprir com as suas obrigações, sendo que o conselho tem demonstrado força,
48 razão pela qual tentam desmoralizar os trabalhos e as decisões do conselho. O Sr. Edison
49 comunicou que a SMS tem a intenção de estar próximo às discussões do CMS. Informou que
50 os fornecedores estão sendo pagos, com esforço do Fundo Municipal de Saúde, do
51 Departamento Administrativo e do Departamento de Saúde, para regularizar o fornecimento
52 de insumos e medicamentos na rede da saúde. O Sr. Francisco falou que os trabalhadores do
53 Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” ainda estão organizados, sendo que as suas
54 reivindicações ainda não foram atendidas totalmente. Falou que houve uma assembléia,
55 sendo decretado estado de greve, com indicativo de greve a partir do dia 16 de fevereiro, de
56 acordo com o avanço das negociações. Perguntou aos gestores sobre o andamento da
57 abertura do concurso anunciado após a assinatura do Termo de Ajuste do Convênio,
58 referente ao convênio com o SSCF. Falou que recebeu a informação de uma enfermeira de
59 Andradina que veio à Campinas para a escolha de vagas do concurso, sendo que chegou e
60 tinha somente duas vagas, para seis convocados, parecendo um *overbooking* de vagas do
61 concurso. O Sr. Xavier reforçou o convite para a manifestação contra a morosidade da
62 construção do Centro de Saúde do Parque Oziel. Afirmou que o centro de saúde, da forma
63 como está, vem em situações muito precárias e sem condições de atendimento aos usuários.
64 Ressaltou que a construção vem se arrastando por mais de dez anos. O Sr. Valdir falou sobre
65 o Pronto Socorro Metropolitano, dizendo que esteve na CPI da Saúde, sendo informado que
66 deverá ocorrer um aditamento para a sua construção, com possibilidade de cancelamento
67 da segunda e da terceira licitação. Solicitou esclarecimentos da SMS sobre o assunto. Falou
68 sobre o Centro de Saúde do Jardim Rosália, que até hoje a sua construção não fora
69 finalizada. Lembrou que fora fechado um acordo com a empreiteira ano passado, porém até
70 hoje se finalizou a construção, pois a empreiteira não recebeu um centavo de real. Falou que
71 o centro de saúde está funcionando em uma casa comprada pela Associação de Moradores
72 do Jardim Rosália, desde o governo da Prefeita Izalene. Falou que o teto caiu, devido à
73 péssima manutenção da prefeitura, tendo que tirar todos os funcionários do centro de
74 saúde e deslocá-los ao centro de saúde Padre Anchieta. Afirmou que verificou o processo de
75 abertura do concurso e que os cargos oferecidos não contemplarão todos os cargos que
76 deixarão de existir com o fim do convênio com o SSCF, podendo ocorrer desassistência.
77 Falou que recebeu de alguns funcionários do SSCF uma queixa de que deveria ser passados
78 para o regime estatutários, sem passar por provas. O Sr. Luiz Cláudio apontou que às vezes
79 do serviço de saúde funciona, parabenizando o serviço de maternidade da PUCC, onde seu
80 neto nasceu, sendo muito bem tratado. Elogiou os serviços do Hospital Municipal Dr. Mário



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



81 Gatti e o Serviço do SEAMA. Ressaltou que a Saúde de Campinas funciona e funciona muito
82 bem, sendo que os conselheiros devem lutar para melhorar ainda mais. O Sr. José Carlos
83 convidou para o debate que será realizado amanhã, sobre o melhor modelo de gestão
84 municipal do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Informou que a Sra. Sílvia Nicolau assume
85 como conselheira gestora titular, pelo Departamento Regional da Secretaria Estadual de
86 Saúde, e a Sra. Rosaura Correia Leves assume como conselheira gestora suplente, pelo
87 mesmo departamento. Informou que o Sr. Edison, Sra. Ivanilde e o Dr. Fernando Brandão
88 assumem como conselheiros gestores titulares, pela Secretaria Municipal de Saúde,
89 enquanto que a Sra. Filomena e o Sr. Anésio assumem como conselheiros gestores suplentes
90 pela SMS. A Sra. Sílvia Carmona respondeu sobre o cronograma do concurso, apontando que
91 a primeira etapa, que seria a licitação das empresas, ainda não ocorreu. Informou que,
92 segundo informações da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, apesar de não ter
93 ocorrido esta primeira etapa, não terá interferência no cronograma inicial. Respondeu que a
94 Secretaria Municipal de Recursos Humanos é muito cuidadosa no que tange convocar
95 aprovados em concursos públicos, sendo lamentável terem chamado pessoas acima do
96 número de cargos disponíveis. Afirmou que já conversaram com a Secretaria Municipal de
97 Recursos Humanos. Para o Sr. Valdir, respondeu que a SMS solicitou mil e sessenta cargos a
98 mais para a Câmara dos Vereadores, sendo uma parte dentro da totalidade de cargos
99 contratados pelo SSCF. Ressaltou que alguns cargos já existem em número suficiente na
100 PMC, sendo que esse pedido foi para ampliação junto à Câmara. Explicou que a Emenda 51,
101 não dá direito a que os funcionários sejam estatutários e, sim, celetistas por tempo
102 indeterminado, como os agentes de saúde. O Sr. Edison explicou que as obras dos Centros
103 de Saúde do Jardim Rosália e do Parque Oziel já eram prioridades, sendo que SMS mantém
104 essa priorização. Explicou que o Secretário de Saúde tem se empenhado junto aos
105 departamentos responsáveis, na PMC, para acelerar a construção dessas unidades.
106 Prometeu que irá verificar as questões da construção da unidade de saúde do Parque
107 Jambeiro. O Sr. Porsani apontou que existem duas propostas de moções, apresentadas à
108 Mesa. A Sra. Eloísa realizou a leitura da primeira, sendo referente à Vigilância em Saúde. Em
109 regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a moção de apoio à Vigilância**
110 **em Saúde**, por unanimidade. O Sr. Porsani lembrou que havia uma moção proposta pelo Sr.
111 Mariante, na última reunião, a qual não teve tempo de ser votada. O Sr. Mariante fez a
112 leitura da moção proposta. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde
113 **APROVOU a moção de repúdio ao Prefeito Municipal de Saúde**, por unanimidade. **II.**
114 **Votação da ata de 11 de janeiro:** o Sr. José Carlos questionou se algum conselheiro tinha
115 alguma consideração relacionada à ata. A Sra. Izabel questionou o resultado da auditoria
116 realizada no convênio entre a SMS e a SSCF. Afirmou que a auditoria não foi apresentada.
117 Questionou como se pode aprovar algo que não aconteceu. O Sr. José Carlos explicou que a
118 ata é um relato do que ocorreu na reunião, sendo o registro das falas. Ressaltou que esse
119 problema não deve interferir na votação da ata. O Sr. José João solicitou correção de sua
120 fala, na página 06, linha 238. Considerando as alterações solicitadas, em regime de votação,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



121 o Conselho Municipal de Saúde **APROVA a ata de 11 de janeiro**, com 03 (três) abstenções.
122 **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre a Prestação de Contas do Termo Aditivo**
123 **Nº01/2009, objeto: custeio para a UTI Pediátrica do Complexo Hospitalar Ouro Verde:** o Sr.
124 Walter Luís, diretor do Fundo Municipal de Saúde explicou que existem dois tipos de
125 repasses, sendo um fundo à fundo, seja da União ou do estado; e um repasse por emendas
126 parlamentares ou termos aditivos. Explicou que o presente TA é o último que ainda não fora
127 apresentado a este conselho. Explicou que o valor pactuado fora R\$ 1.050.000,00 (um
128 milhão e cinquenta mil reais), porém foi repassado somente R\$ 600.000,00 (seiscentos mil
129 reais), totalizando a receita com aplicações financeiras dos repasses públicos, o valor de R\$
130 653.205,67 (seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinco reais e sessenta e sete
131 centavos). Explicou que foram gastos, com custeio com suprimentos, dietas e materiais para
132 custear lactentes, no valor de R\$ 348.656,78 (trezentos e quarenta e oito mil, seiscentos e
133 cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), sendo devolvido ao órgão concessor o valor
134 de R\$ 304.548,83 (trezentos e quatro mil, quinhentos e quarenta e oito reais e oitenta e três
135 centavos). Abertas as falas, o Sr. Xavier perguntou por que esse recurso será devolvido,
136 mesmo a SMS estar precisando de muitos recursos. Perguntou se não existe alguma forma
137 de utilizar esse recurso. Colocou-se contrário a essa devolução de recursos, como ocorre nas
138 emendas parlamentares. O Sr. Gerardo colocou sua preocupação, perguntando por que não
139 foi enviado o parecer do Conselho Fiscal de Saúde, órgão responsável pela avaliação das
140 prestações de contas. Perguntou por que essa prestação de contas não foi enviada para a
141 comissão de acompanhamento do convênio do CHOV. Apontou que a informação que
142 recebeu é que essa verba foi utilizada para abrandar a dívida que a SPDM vem cobrando. O
143 Sr. Porsani explicou que o Conselho Fiscal de Saúde exarou parecer favorável à aprovação da
144 prestação de contas do TA. O Sr. Walter explicou que a prestação de contas do TA fora
145 encaminhado para o CMS via mensagem eletrônica. Concordou com o Sr. Xavier, onde é
146 complicado ter que devolver recursos, onde esses termos aditivos se apresentam como
147 melhor forma de aplicação de recursos estaduais. Ressaltou que as grandes necessidades da
148 saúde são a curto prazo, o que não é abordado por esses termos aditivos. Ressaltou que não
149 é culpa do Fundo Municipal de Saúde, pois toda a máquina estatal é lenta, onde não dá
150 conta de executar os recursos dentro do prazo, porém sobra para o Fundo a prestação de
151 contas do recurso que deverá ser devolvido. Ressaltou que a UTI pediátrica não foi
152 prejudica, pois foi custeada com recursos próprios municipais. A Sra. Marlene solicitou
153 esclarecimento, questionando que o período apresentado é diferente do material
154 disponibilizado aos conselheiros. O Sr. Walter explicou que se trata de dois períodos
155 distintos e pediu desculpas, pois se esqueceu de corrigir no material disponibilizado.
156 Comprometeu-se a encaminhar a apresentação ao CMS amanhã. Em regime de votação
157 nominal, o Conselho Municipal de Saúde **NÃO APROVOU a Prestação de Contas do Termo**
158 **Aditivo Nº01/2009, objeto: custeio para a UTI Pediátrica do Complexo Hospitalar Ouro**
159 **Verde**, com 13 (treze) votos favoráveis, 19 (dezenove) votos contrários e 04 (quatro)
160 abstenções; votando **FAVORÁVEL**, os seguintes conselheiros: Sr. André Luiz Castilho de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



161 Fonseca, Sr. Anésio Corat Junior, Sra. Celi Aparecida Thiago Maia, Sr. Edison Martins Silveira,
162 Sra. Ivanilde Aparecida Ribeiro, Sr. José João Anício Lino, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Luís de
163 Paula Góes, Sra. Maria de Fátima Siqueira Silva, Sra. Mercedes dos Santos, Sr. Paulo Sérgio
164 Pereira da Silva, Sr. Salvador Affonso Fernandes Pinheiro, Sra. Sílvia Simões Teixeira Nicolau;
165 votando **CONTRÁRIO** os seguintes conselheiros: Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Eloísa Israel de
166 Macedo, Sr. Elzito Tolentino Silva Peninha, Sr. Felipe Monte Cardoso, Sr. Francisco
167 Mogadouro da Cunha, Sr. Gerardo Mendes de Melo, Sra. Izabel Pereira de Oliveira, Sr. João
168 Xavier, Sra. Maria da Paz Pereira da Silva, Sra. Maria Helena Nogueira, Sra. Matilde Alves
169 Pontes, Sra. Neide Aparecida de Faveri Alves, Sr. Paulo Tavares Mariante, Sra. Raquel Souza
170 Lobo Guzzo, Sra. Rosa da Silva, Sr. Severino Alves Bezerra, Sra. Soeli Alves Monteiro, Sra.
171 Terezinha Tibúrcio da Mata Oliveira, Sra. Wilma Rosendo da Silva; e **ABSTIVERAM-SE** os
172 seguintes conselheiros: Sr. Edilson Baqueiro, Sra. Érica da Silva Vitorino, Sra. Mariene Terumi
173 Umeoka Hidaka, Sra. Marlene Feliciano Oliveira. **IV. Apresentação, discussão e deliberação**
174 **sobre as Comissões do Conselho Municipal de Saúde (inclusive Eleição da Comissão**
175 **Eleitoral):** o Sr. Porsani apresentou as comissões do Conselho Municipal de Saúde,
176 apresentando as comissões de acompanhamento dos convênios que necessitam de
177 conselheiros municipais. Realizou a leitura de uma proposta de resolução, garantindo a
178 apresentação da comissão de acompanhamento nas pautas do CMS, em conformidade com
179 resolução da Conferência Municipal de Saúde. Abertas as falas, o Sr. Manuel falou que
180 participa da comissão de acompanhamento da PUCC, onde o Distrito de Saúde Noroeste
181 acompanha a comissão, diferentemente do que ocorre com a comissão de
182 acompanhamento da Irmandade, onde não se verifica a participação do Distrito Leste. A Sra.
183 Soeli falou sobre a vida do conselheiro, onde a mesma participa como conselheira suplente
184 do convênio de acompanhamento da PUCC, onde além das reuniões normais, existem
185 reuniões de usuários do hospital, onde são apontados os problemas e as demandas. Falou
186 que muitos cobram mais participação, porém os conselheiros dedicam seu tempo e tem que
187 pagar as passagens, pois não tem condução própria. Afirmou que não possui mais “pernas”
188 para participar de outras comissões. A Sra. Marlene afirmou estar em três comissões, sendo
189 que a única efetiva é a comissão de acompanhamento do convênio com o SSCF. Falou que
190 colocou seu nome na comissão do HMMG e que nunca participou de uma reunião sequer.
191 Afirmou que foi avisada em cima da hora de uma reunião, o que impossibilitou sua
192 participação. Falou que só participou de uma reunião da comissão de acompanhamento de
193 uma casa de apoio, o que gerou muita confusão, por ser conselheira trabalhadora e que a
194 casa de apoio rescindiu o convênio e reatou novamente, não tendo a participação do
195 controle social. O Sr. Gerardo falou que participa da comissão de comunicação e que tem um
196 jeito de trabalhar onde as coisas devem funcionar. Ressaltou que as pessoas devem colocar
197 seus nomes para trabalharem nas devidas comissões. Falou que a comissão de comunicação
198 tem realizado um esforço para fazer funcionar e que para reproduzir o documento entregue
199 hoje foi necessário solicitar auxílio para a associação de amigos dos nordestinos. Sobre a
200 comissão de acompanhamento do CHOV fica em função de alguém, pois existem as datas



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



201 que são canceladas sem aviso prévio. Falou que as reuniões acontecem somente quando os
202 gestores querem e que quando ocorrem, as reuniões não servem para nada. Perguntou
203 quantas vagas o CMS possui nessa comissão e que é necessária a reposição. Apontou a
204 necessidade de um contador para subsidiar as comissões de acompanhamento, pois não
205 confia nas pessoas que fazem as apresentações. O Sr. Francisco apontou ser importante a
206 participação nas comissões, mas que se preocupa ao ver os conselheiros investindo tanto
207 nas comissões de cada convênio e não ter um espaço de apresentação organizado no pleno,
208 para apresentar o convênio pela sua ótica. Afirmou que o grande nó crítico da saúde é a
209 atenção básica e o CMS Campinas não possui uma comissão para discutir esse tópico.
210 Sugeriu a criação de uma comissão ou um grupo de trabalho para discutir saúde básica.
211 Lembrou que a comissão de legislação vinha se encontrando e que parou. Solicitou que essa
212 comissão volte a atuar, pois existem muitas regras na legislação do CMS que merecem
213 serem revistas. Lembrou que a resolução apresentada pelo Sr. Porsani vem da Conferência
214 Municipal de Saúde, com um acréscimo de que não deve mais ocorrer neste conselho a
215 apresentação com uma visão só. Apontou que o Conselho Fiscal de Saúde deve realizar a sua
216 apresentação quando a SMS pautar a prestação de contas, assim como as comissões de
217 acompanhamento deverão realizar suas apresentações no momento da pauta do referido
218 convênio. A Sra. Wilma falou que se o Conselho Fiscal de Saúde não recebe as prestações de
219 contas, não tem como apresentar nada. Afirmou que o Conselho Fiscal de Saúde nunca
220 recebeu uma prestação de contas e, sim, um balancete, o que impossibilita exarar um
221 parecer favorável. Falou que o que está sendo aprovado necessita de uma prestação de
222 contas, o que o CFS não possui o que gera muitas dúvidas. Solicitou que seu nome fosse
223 retirado da Comissão de Recursos Humanos, devendo a Sra. Rosa assumir sua vaga, pois a
224 conselheira tirou seu nome para a participação da Sra. Wilma. A Sra. Eloísa falou que desde
225 o conselho passado participa de comissões à duras penas, pois é trabalhadora em meio à
226 uma situação de falta de recursos humanos, onde acarreta prejuízo ao sair para uma reunião
227 da comissão. Defendeu que os conselheiros devem ter mais participação nas comissões e
228 estas, por sua vez, devem ser mais ágeis e mais enxutas e com discussões mais pontuadas.
229 Afirmou que o material das comissões muitas vezes é encaminhado de forma desorganizada,
230 parecendo ser proposital. Afirmou que parece que as informações não são confiáveis e que
231 as comissões são destratadas pela gestão. Afirmou que participa da comissão de
232 comunicação e auxilia na comissão de acompanhamento do CHOV. Lembrou que a comissão
233 de comunicação já possui um produto, fruto de grande trabalho. Concluiu que as comissões
234 devem ser mais pontuais, para evitar o acúmulo de discussões. O Sr. Manuel perguntou se o
235 CMS fornece os passes para os conselheiros participarem das comissões. A Sra. Cristina falou
236 sobre o cuidado para não burocratizar muitas discussões travando a capacidade de controle
237 social que o CMS possui. Afirmou que as comissões de acompanhamento dos convênios são
238 avanços no controle social e na democratização do conhecimento. Sugeriu que se traga uma
239 cartilha “O SUS para os usuários” que demonstra as funções dos conselheiros, do Conselho
240 Fiscal de Saúde do Fundo Municipal de Saúde e das comissões de acompanhamento. Falou



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



241 que às vezes com as muitas atribuições do controle social. Lembrou que quem audita as
242 contas é o Tribunal de Contas do Estado ou o Ministério Público. Lembrou que um dos
243 papéis fundamentais do controle social é verificar a execução do contrato de metas, se os
244 usuários estão sendo bem atendidos ou se os serviços contratados estão sendo executados.
245 Sugeriu cuidado ao propor muitas comissões para não reproduzir a morosidade do estado.
246 Deve se pensar nos papéis específicos de cada comissão. A Sra. Neide informou que já havia
247 solicitado a retirada do seu nome na comissão de comunicação. Explicou que a reunião da
248 comissão de acompanhamento do HMMG não era na segunda quarta-feira do mês, sendo
249 definida esta data recentemente. A Sra. Juliana justificou que não conseguiu participar das
250 reuniões da comissão de acompanhamento do convênio com a Maternidade de Campinas,
251 pois quando se inscreveu não sabia das datas e dos horários, que coincidem com seus
252 horários de trabalho, o que a levou a participar de outras comissões, sendo a de recursos
253 humanos e da discussão sobre o convênio com o SSCF. Solicitou que seu nome não seja
254 retirado da comissão de acompanhamento da Maternidade, porém enquanto as outras
255 comissões estiverem funcionando, não conseguirá participar. A Sra. Izabel falou ser uma das
256 primeiras a trabalhar em comissões de acompanhamentos. Falou que o conselheiro deve
257 trabalhar em cima do contrato de metas e do controle social, visando a melhoria daquele
258 serviço ou setor, de forma continuada, conhecendo o serviço dentro do local, verificando se
259 está ocorrendo o que é apresentado nas reuniões das comissões de acompanhamento.
260 Falou que a comissão de acompanhamento é muito mais que verificar papéis somente,
261 sendo que um dos trabalhos destas comissões é conversar com os usuários para verificar se
262 estão sendo bem atendidos. O Sr. Porsani solicitou que o Sr. Gerardo verifique e
263 disponibilize a cartilha para os conselheiros municipais. Concordou com a Sra. Izabel sobre
264 qual é o trabalho das comissões de acompanhamento, sendo que estas devem expor os
265 problemas verificados ao CMS, para subsidiar a decisão no momento da renovação ou
266 prorrogação dos referidos convênios. O Sr. Francisco realizou a leitura da proposta de
267 resolução. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a proposta de**
268 **resolução, sobre a apresentação das comissões de acompanhamento ou do Conselho Fiscal**
269 **de Saúde, no momento das apresentações no pleno, pela gestão**, por unanimidade. O Sr.
270 Porsani questionou os conselheiros favoráveis à prorrogação da reunião por mais trinta
271 minutos, de acordo com o Regimento Interno, sendo aprovada por todos os conselheiros.
272 Em seguida, a Sra. Yara conduziu a eleição para a Comissão Eleitoral do Conselho Municipal
273 de Saúde, explicando as atribuições desta comissão e as suas responsabilidades nas eleições
274 da Mesa Diretora e da Comissão Executiva. Como representantes dos conselheiros usuários,
275 candidataram-se a Sra. Matilde, a Sra. Neide, Sra. Maria Gil e a Sra. Maria de Fátima. A Sra.
276 Maria de Fátima e a Sra. Maria Gil receberam 11 (onze) votos cada, sendo eleitas as
277 representantes dos conselheiros usuários na Comissão Eleitoral. A Sra. Matilde e a Sra.
278 Neide receberam 7 (sete) votos cada. Como representante dos conselheiros trabalhadores,
279 candidatou-se a Sra. Marlene, sendo aprovada por aclamação, assim como o Sr. Anésio fora
280 escolhido como representante dos conselheiros gestores na Comissão Eleitoral. Portanto, a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



281 Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde passa a ser composta pela Sra. Maria Gil,
282 Sra. Maria de Fátima, Sra. Marlene e Sr. Anésio. **V. Apresentação, discussão e deliberação**
283 **sobre o termo aditivo ao termo de convênio 70/11, entre a Secretaria Municipal de Saúde**
284 **e a PUCC:** a Sra. Rosana, representante do DGDO, realizou a apresentação, explicando as
285 alterações dos valores pertinentes ao termo aditivo, devido ao cálculo equivocado de
286 produção, com várias demandas reprimidas. Explicou que as angioplastias tiveram um
287 acréscimo de 20 (vinte) procedimentos, acarretando um acréscimo de R\$ 119.554,20 (cento
288 e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos); o incremento de 39
289 (trinta e nove) novos exames de cintilografias, com acréscimo mensal de R\$ 8.804,91 (oito
290 mil, oitocentos e quatro reais e noventa e um centavos); o incremento de 205 (duzentos e
291 cinco) procedimentos de saúde auditiva e aparelhos auditivos, com acréscimo mensal de R\$
292 14.882,96 (quatorze mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e seis centavos); a
293 diminuição da oferta de 62 (sessenta e dois) exames de raio-x contrastados, com redução do
294 financeiro no valor de R\$ 3.003,78 (três mil e três reais e setenta e oito centavos). Explicou
295 que essa redução ocorreu pelo fato do aparelho ser antigo e que será destinado apenas para
296 casos acadêmicos. Explicou que ocorreu um incremento de 78 (setenta e oito)
297 procedimentos de quimioterapia, porém devido à mudança de valores na tabela SUS, houve
298 uma redução mensal de R\$ 5,56 (cinco reais e cinquenta e seis centavos). Ressaltou que o
299 valor mensal do aditamento é na ordem de R\$ 140.232,73 (cento e quarenta mil, duzentos e
300 trinta e dois reais e setenta e três centavos). Abertas as falas, o Sr. Severino falou que o
301 Conselho Fiscal de Saúde discutiu o assunto e exarou parecer favorável, por entender que é
302 a oferta que vem se adequando a demanda, favorecendo o atendimento aos usuários. A Sra.
303 Eloísa perguntou como a SMS realiza o diagnóstico para saber a necessidade de serviços
304 prestados e quais são os indicadores utilizados para avaliar a qualidade dos serviços
305 oferecidos pelos conveniados. A Sra. Matilde perguntou o que são os exames especiais, pois
306 todos os usuários são especiais. A Sra. Neide falou que faz parte da comissão de
307 acompanhamento da PUCC, sendo que todos os problemas levantados são sempre
308 respondidos. Falou que o que fora apresentado contempla a comissão de acompanhamento.
309 A Sra. Soeli falou que também faz parte da comissão de acompanhamento da PUCC e, como
310 leigos, ao apresentar as dificuldades de entendimento, o convênio com a PUCC abre as
311 portas para receber os conselheiros e sanar as dúvidas existentes. Falou que a comissão de
312 acompanhamento faz, há anos, a avaliação de satisfação dos usuários de todo o hospital,
313 sendo os pontos fracos cobrados nas reuniões da comissão de acompanhamento. Afirmou
314 que o controle social pode ser atestado dentro da PUCC, pois vem acontecendo. A Sra. Izabel
315 lembrou o papel da comissão de acompanhamento, onde se deve prestar contas junto ao
316 conveniente e a SMS. Ressaltou que esta comissão tem liberdade de conversar com os
317 gestores e com a auditoria, que recebem os conselheiros, sem problemas. Falou que, com
318 isso, o controle social é garantido. Defendeu que o conselheiro deve ter liberdade de
319 questionar e verificar, sempre encontrando as portas dos gestores abertas. Solicitou que
320 esse termo aditivo fosse aprovado, pois a comissão de acompanhamento deste convênio é



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



321 bem atuante e saberia se houvesse algum erro. Afirmou que todo atendimento de pronto
322 socorro chega ao CMS, via comissão de acompanhamento, com relatórios contendo
323 informações dos bairros ou cidades dos atendidos, bem como as respectivas classificações
324 de risco. Defendeu que o Hospital da PUCC é o que mais dá liberdade para participação dos
325 conselheiros usuários, com uma comissão de usuários, que se reúne bimestralmente. O Sr.
326 Manuel perguntou sobre os exames que estão sendo reduzidos e perguntou onde eles serão
327 realizados, uma vez que a PUCC não fará mais. Perguntou sobre a necessidade real destes
328 exames. O Sr. José João colocou sua preocupação quanto à classificação de risco que ocorre
329 no pronto socorro da PUCC. A Sra. Rosana respondeu que exames especiais são assim
330 denominados, pois não se encontram na tabela SUS, mesmo sendo exames importantes
331 para as especialidades. Falou que neste momento, não existe contratado o serviço de raio-X
332 contrastado, porém o aparelho já se encontra instalado no CHOV, aguardando somente o
333 término da auditoria, para começar a ser oferecido o serviço. A Sra. Ivanilde completou
334 lembrando que a saúde sofre constantes atualizações, como no caso dos exames de
335 ultrassom, que fora incorporado há pouco tempo à lista de serviços reconhecidos pelo
336 Ministério da Saúde. Explicou que a demanda é realizada em cima de protocolos, sendo as
337 demanda estudadas pelas câmaras técnicas, junto aos conveniados. Explicou que a
338 qualidade é avaliada constantemente, sendo que quanto mais os conveniados realizam os
339 exames, mais se especializam nestes, permitindo que o corpo técnico possa atestar a
340 qualidade. Exemplificou com a experiência da PUCC na questão da Cardiologia, sendo a
341 qualidade atestada pelo corpo técnico da SMS. Em regime de votação, o Conselho Municipal
342 de Saúde **APROVOU o termo aditivo ao termo de convênio 70/11, entre a Secretaria**
343 **Municipal de Saúde e a PUCC**, com 01 (um) voto contrário e 02 (duas) abstenções. O Sr.
344 Porsani realizou a leitura da solicitação do SSCF, onde o CMS deve indicar um titular e um
345 suplente para o Conselho Diretor da entidade, para o triênio 2011 – 2014. Lembrou que o
346 atual representante é o Sr. João Xavier. Perguntou se existe algum candidato, não tendo
347 nenhum interessado, o Conselho Municipal de Saúde ratifica o Sr. Xavier como
348 representante no Conselho Diretor. O Sr. Francisco apresentou a moção proposta pelo Sr.
349 Gerardo. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a resolução**
350 **aprovada**, por unanimidade. O Sr. Porsani explicou que, devido ao avançado do horário, a
351 pauta **VI. Apresentação, discussão e deliberação sobre o convênio entre a Secretaria**
352 **Municipal de Saúde e a Associação Maria Porta do Céu (Lo'Thedral)** deverá ser discutida na
353 próxima reunião. A Dra. Ivanilde realizou a leitura da carta desta entidade, expressando o
354 interesse em não renovar o convênio com a Secretaria Municipal de Saúde. O Sr. Porsani
355 lembrou a necessidade e da importância da realização da prestação de contas, mesmo
356 frente à carta da entidade. O Sr. Salvador, presidente do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti,
357 ressaltou que o serviço do Lo'Thedral no hospital fora excelente e de qualidade impecável.
358 Explicou que para o hospital ser classificado como UNACON (unidade de alta complexidade
359 em oncologia), é obrigatório um serviço de cuidados paliativos. Ressaltou que o hospital não
360 abre mão de ter esse serviço, seja pela Lo'Thedral ou por outro serviço. Falou que,



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



361 antecipando o encerramento deste convênio, o hospital iniciou o treinamento de
362 profissionais que estão habilitados a atender os pacientes que necessitam de cuidados
363 paliativos. Nada mais a ser tratado, eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do
364 CMS, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais presentes.